O FINANCIAMENTO PÚBLICO DO ESPORTE EM SANTA CATARINA: O FUNDESPORTE E A DESTINAÇÃO DE SEUS RECURSOS.

FURTADO, SABRINA
FURTADO, IRINEU WOLNEY
UDESC, FLORIANÓPOLIS SC, BRASIL
Sabrina_mfurtado@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A expansão do esporte é considerada um fenômeno mundial. Os grandes eventos esportivos passaram a ser acompanhados por bilhões de expectadores por todo o mundo. Grande parte deste público passou igualmente a despertar para a necessidade e direito de participação na prática esportiva (BUENO, 2008).

Com a promulgação da constituição brasileira em 1988, o esporte passou a ser matéria constitucional, tornando o fomento das práticas esportivas um dever de Estado. A constituição brasileira em seu artigo 217 expressa: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.

Atualmente na esfera nacional o esporte é gerenciado pelo Ministério do Esporte (ME), instituído no ano de 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ME teve por missão, construir uma Política Nacional de Esporte, além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o mesmo trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. (BLANK, GANZER, VERONEZ 2013). De acordo com PEREIRA (2012), o esporte de rendimento é responsável por 59% dos projetos aprovados em esfera nacional, desde a criação da lei do incentivo ao esporte. O mesmo ocorre em Santa Catarina segundo FLOSS (2012), onde o percentual é de 53.8%.

Já no Estado de Santa Catarina, a política esportiva está ligada a Secretaria Estadual de Turismo, Cultura e Esporte (SOL). No ano de 2009, o Governo do estado de Santa Catarina, através do decreto nº 2080, de 03 de fevereiro de 2009, regulamentou a lei 13.792 de 2006, a qual dispõe sobre Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado- PDIL. Esta Lei define diretrizes e critérios relativos aos programas e subprogramas, e prevê e estabelece outras providências.

No intuito de executar e facilitar a execução da política pública do esporte catarinense, através da realização de programas e projetos esportivos com gestão estratégica focada na inovação, pesquisa e tecnologia para o esporte, foi criado no ano de 2005 em Santa Catarina, o Fundo de Incentivo ao Esporte (FUNDESPORTE), instituído pela lei nº 13.336, alterada pela lei nº 14.600/2008 e regulamentada por meio do decreto nº 1.291 de 2008.

Essa legislação tem como objetivo estimular o financiamento de projetos esportivos, especialmente por parte dos contribuintes de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS), Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. O decreto, que regulamenta a referida lei, institui que os projetos devem atender pelo menos um dos seguintes subprogramas: incremento de atividades esportivas, infraestrutura esportivas, promoção e marketing, esporte de rendimento, esporte de participação, esporte escolar e de inclusão e projetos especiais (Decreto nº 1291, de 18 de abril de 2008).

No ano de 2003, por força de lei, o governo de SC estabeleceu as Secretarias de Desenvolvimento Regional [SDRs] que, além de assumirem boa parte das funções das secretarias setoriais, foram incumbidas de promover o desenvolvimento de suas regiões (FILIPPIM; ABRUCIO, 2010). Essa reestruturação do Estado teve como principal justificativa a incapacidade da centralização da administração pública estadual em atender as demandas regionais pela falta de projetos de desenvolvimento regionalizado (RUDNICK, 2010). Através de tal medida, o setor responsável pelo financiamento esportivo em Santa Catarina também foi

descentralizado, cabendo assim ao Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Cultura e Esporte (SEITEC) a análise de projetos de abrangência estadual, nacional e internacional. Os projetos municipais e regionais ficaram então sob a responsabilidade de suas respectivas SDR's.

Estudos recentes constataram que a SDR de Florianópolis possui mais da metade dos repasses (50.6%) destinados a projetos de abrangência estadual do FUNDESPORTE, sendo o "esporte de rendimento" - do subprograma de desenvolvimento esportivo - que mais captou recursos no estado de Santa Catarina, 53,8% do total (FLOSS, 2012). Entretanto, o estudo citado não abordou a totalidade de projetos submetidos ao FUNDESPORTE e a distribuição de verbas entre as modalidades esportivas em SC, como também a natureza jurídica de seus proponentes.

A destinação de recursos públicos ao esporte no Estado de Santa Catarina ainda é pouco estudada Os dados relacionados ao número de projetos submetidos ao FUNDESPORTE anualmente são escassos, não abordando temas relevantes como as modalidades esportivas beneficiadas pelo Fundo e os objetivos dos projetos contemplados com verba pública, uma vez que a literatura encontrada remete apenas aos projetos que foram aprovados e receberam de fato a verba pública.

Com relação aos objetivos desta investigação o presente estudo objetivou primariamente analisar a distribuição dos recursos destinados aos projetos enviados ao FUNDESPORTE de abrangência estadual, nacional e internacional do ano de 2012. Secundariamente buscamos:

a) Verificar o número de projetos submetidos, arquivados, aprovados e efetivamente pagos pelo FUNDESPORTE no ano de 2012.
b) Verificar a natureza dos proponentes (pessoa física ou pessoa jurídica) dos projetos que efetivamente receberam recursos, no ano analisado.
c) Verificar a destinação dos recursos provenientes do FUNDESPORTE por modalidade esportiva.
d) Identificar os dados encontrados no ano de 2012 referentes aos projetos submetidos ao FUNDEPORTE quanto a: submissão, aprovação e recursos captados.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter documental, uma vez que os dados foram obtidos através de registros institucionais (GIL 2008). Ainda segundo Lakatos (2003) a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Segundo GIL (2008) a pesquisa também se caracteriza como comparativa, uma vez que busca verificar as semelhanças e diferenças entre variáveis dentro do recorte temporal proposto. A abordagem se dará de forma quantitativa, uma vez que serão utilizados valores para expressar numericamente as variáveis encontradas.

COLETA DE DADOS

Os dados foram obtidos através de acessos ao Portal da Transparência da fazenda do Estado de Santa Catarina (http://www.sef.sc.gov.br/transparencia), por meio do Sistema Integrado de Planejamento e gestão Fiscal- SIGEF (http://www.sef.sc.gov.br/sistemas/sigef), onde verificamos os pagamentos efetuados pelo FUNDESPORTE aos proponentes. Também acessamos o Sistema Estadual de Incentivo a Cultura, ao Turismo e ao Esporte- SEITEC (http://sistemas.sc.gov.br/sol/seitec/), onde analisamos o número de projetos, o parecer de cada projeto e o subprograma no qual o mesmo se enquadrava. Também foram obtidos dados por meio do banco de dados fornecidos pelo SEITEC. Todos os projetos que foram analisados são de abrangência estadual, nacional e internacional e tramitados no ano de 2012. Os projetos municipais e regionais não foram incluídos na pesquisa por tramitarem em suas respectivas SDR's.

ANÁLISE DOS DADOS

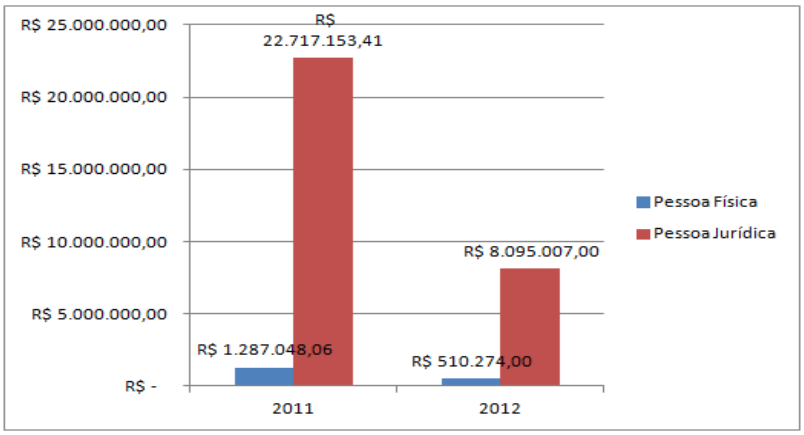
Os dados obtidos foram analisados por: a) ano em que os projetos foram submetidos (de acordo com o parecer do projeto); b) natureza jurídica dos proponentes dos projetos; c) pela modalidade esportiva a qual visavam atender; d) pela natureza do projeto de acordo com a Lei Estadual 13.792/2006 e Decreto Estadual 2.080/2009 (incremento de atividades esportivas, infraestrutura, promoção e marketing, esporte e participação, de rendimento, escolar e de inclusão, especiais e não enquadrados). Os dados encontrados foram comparados entre si dentro de um mesmo ano..

ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisarmos a distribuição dos recursos do FUNDESPORTE destinados aos projetos de abrangência estadual, nacional e internacional do ano de 2012 consideramos os seguintes dados: a) valor total pago à projetos esportivos através de recursos do FUNDESPORTE no ano de 2012; b) número de projetos submetidos, aprovados e efetivamente pagos no ano analisado; c) natureza física/jurídica dos proponentes do ano analisado; d) destinação dos recursos de acordo com a modalidade esportiva. Podemos constatar uma grande diferença numérica entre os projetos submetidos e aprovados pelo FUNDESPORTE, assim como entre os valores pagos a pessoas jurídicas em relação a pessoas físicas no ano analisado.

O valor total de recursos pagos pelo FUNDESPORTE no ano de 2012, foi de R$ 8.605.281,00 (oito milhões, seiscentos e cinco mil, duzentos e oitenta e um reais. Quanto aos valores pagos, considerando a natureza do proponente, por ano analisado, estes estão representados no gráfico 1.

Gráfico 1- Distribuição dos recursos pagos por ano, de acordo com a natureza jurídica do proponente.



Em 2012 é possível notar que os proponentes de natureza jurídica, ou seja, empresas, federações e fundações receberam um valor muito maior que os de natureza física, (cerca de 1.480% no ano de 2012). Um dos fatores que influenciam diretamente tal resultado são os eventos esportivos de grande porte sediados em Santa Catarina, propostos por tais instituições (proponentes jurídicos). Como exemplos podem ser citados: Ironman Brasil (prova de triathlon de longa distância), Volvo Ocean Race (regata mundial com etapa em Santa Catarina), Corrida das Estrelas (prova de automobilismo), Jogos Abertos de Santa Catarina, entre outros.

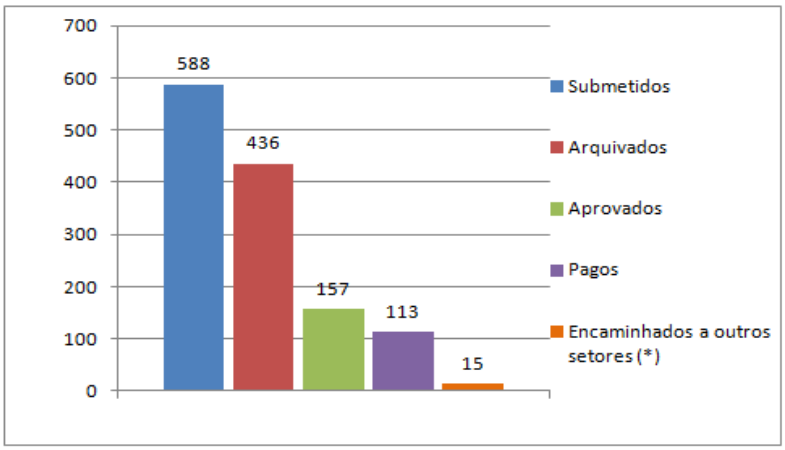
Segundo Santos (1997), essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento da atividade esportiva no Brasil atuando como agentes incentivadores. Tais eventos também trazem desenvolvimento econômico das regiões onde os mesmo são realizados com incremento econômico do turismo, movimentando a rede hoteleira e outros serviços como também o comércio. Dessa forma projetos esportivos de grande porte geram retorno do investimento público, através do aumento de sua receita, através dos impostos gerados por essa movimentação.

Já os projetos oriundos de proponentes de natureza física buscam em sua maioria fomentar o treinamento de alto nível individual, portanto possuem um orçamento baixo em relação aos demais. Contribuindo para esse menor valor pago devemos levar em consideração

a grande contribuição proveniente do patrocínio de empresas privadas aos atletas o que juntamente ao estado fomenta a prática esportiva e a expressão nacional e mundial do esporte catarinense. SANTOS (1997)

Quanto ao parecer dos projetos submetidos no ano de 2012, estes estão representados no 2.

Gráfico 2- Parecer dos projetos no ano de 2012.



(*) Projetos encaminhados a outros setores por não serem de cunho de esportivo, ou então projetos esportivos de abrangência municipal e regional que foram encaminhados as suas respectivas SDR's.

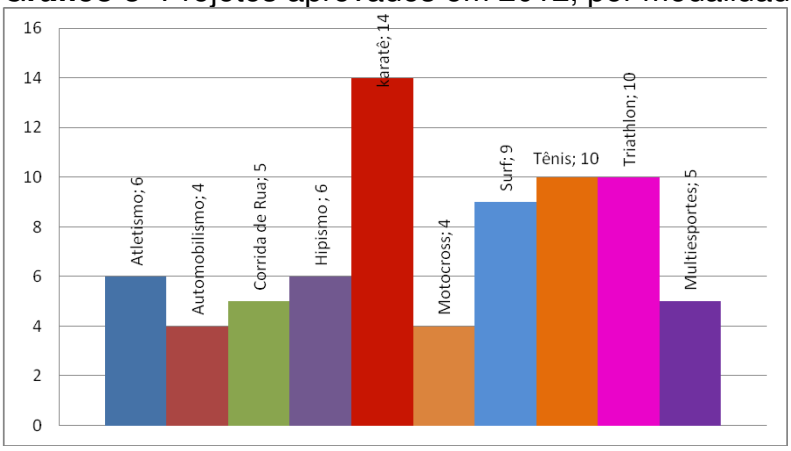
No ano de 2012, o FUNDESPORTE teve um investimento de (R$8.605.281,00). Porém a variação do consolidado geral referente ao SEITEC no referido ano foi de - 24,40% (SEF/SC). Tal realidade foi motivada pela baixa arrecadação do Estado de Santa Catarina no ano de 2012, o que fez com que a maioria dos setores sofressem uma redução em seus orçamentos. Entretanto o fundo em questão sofreu um maior corte de recursos, prejudicando, em tese, o desenvolvimento mais adequado do esporte catarinense.

Como resultado direto dessa situação, houve um menor número de projetos aprovados (157) e efetivamente pagos (113) no ano de 2012, números menores que em anos anteriores.

No ano de 2012 um dos fatores que contribuiu para tal resultado foi o baixo orçamento disponibilizado ao FUNDESPORTE. Após análise dos pareceres dos projetos, verificamos que uma parcela significativa deles não foi aprovada por falta de documentação necessária ou ainda pelo não atendimento das solicitações feitas pelo FUNDESPORTE no prazo estipulado. A falta de capacitação técnica e organizacional dos redatores dos projetos é outro fator que contribuiu para tal, inviabilizando a aprovação de grande parte dos projetos, apesar do estado de Santa Catarina, através do SOGEPLAN (Empresa de Planejamento e Gestão Social), oferecer cursos de capacitação para proposição e encaminhamento de projetos para gestores de entidades e pessoas físicas.

No tocante as modalidades esportivas que obtiveram seus projetos aprovados e receberam o recurso do FUNDESPORTE, no ano de 2012 foram atendidas 32 modalidades esportivas. Ainda receberam recursos em 2012 projetos poliesportivos projetos de infraestrutura e projetos de realização de fóruns esportivos, cursos de capacitação e pesquisa (representados no gráfico por outros). O gráfico 3 representa o resultado por modalidade encontrado no ano de 2012. Foram representadas apenas modalidades que tiveram quatro ou mais projetos aprovados no referido ano.

Gráfico 3- Projetos aprovados em 2012, por modalidade esportiva.

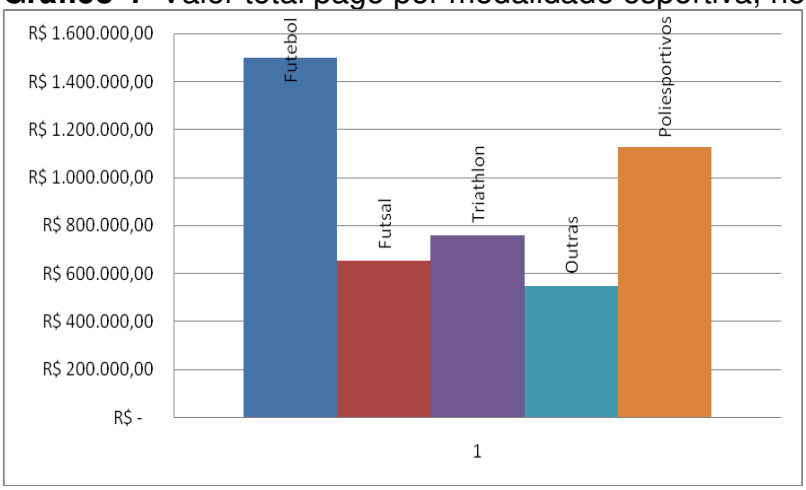


É interessante relatar que subtraindo os Projetos Multiesportivos as demais modalidades são individuais. Dessa forma, os projetos beneficiados nas referidas modalidades são oriundos de proponentes físicos (atletas), que buscam o alto rendimento no esporte.

No ano de 2012, 32 modalidades esportivas foram aprovadas além de projetos poliesportivos e de outros projetos relacionados ao esporte.

O gráfico 4 apresenta o valor total pago por modalidade esportiva no ano de 2012. Foram representadas nos gráficos apenas as modalidades que receberam um valor total superior a R$ 500.000,00 no ano.

Gráfico 4- Valor total pago por modalidade esportiva, no ano de 2012.



No que se refere ao total dos recursos pagos aos proponentes, as modalidades esportivas que foram agraciadas com maiores recursos diferem das modalidades de maior expressão quanto ao número de projetos aprovados. Foram os eventos denominados multiesportivos os únicos que encontraram-se representados tanto em número de projetos quanto em recursos recebidos.

Segundo Bueno (2008), o investimento público em grandes eventos esportivos é comum também em esfera nacional, como foi o caso dos Jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro, onde o Estado participou com 51% do valor total do evento. Eventos desse quilate movimentam a economia da região onde o mesmo é realizado através do turismo, hotelaria e comércio local, trazendo assim retorno do investimento público. Porém tais eventos demandam um investimento do FUNDESPORTE muito elevado, quando consideramos orçamento total do Fundo.

Essa situação favorece uma diminuição do investimento destinado aos projetos das demais manifestações esportivas, como é o caso do esporte educacional e de participação. Por outro lado, também a demanda de projetos nas áreas citadas é menor, não apresentando números expressivos nos resultados encontrados, ao contrário dos projetos que visam recursos para o esporte de alto nível e grandes eventos esportivos. Talvez isso seja reflexo da

pouca motivação (ou preparo) que os profissionais desses segmentos esportivos têm em planejar e submeter propostas para as suas ações.

Outro aspecto a considerar é a redução drástica de receita sofrida pelo FUNDESPORTE no ano de 2012. O número total de projetos foi afetado trazendo conseqüências também para o valor total de recursos pagos para cada proponente de projeto. Nesse ano o proponente de modalidade esportiva contemplado com a maior quantia recursos foi a modalidade de futebol com R$ 1.500.000,00, valor este proposto por um clube de futebol. A verba foi destinada a um único projeto que objetivava o desenvolvimento do futebol através do treinamento de crianças e adolescentes da grande Florianópolis. É notório que tais projetos são de fundamental importância para o desenvolvimento social e esportivo de crianças catarinenses, porém questiona-se que um único projeto receba cerca de 17,4% do orçamento total de um ano. Com relação aos demais projetos verificou-se que os eventos denominados multiesportivos destacaram-se no montante de recursos distribuídos do orçamento total com R$ 1.125.000,00, seguido do Triatlhon com R$ 759.000,00.

CONCLUSÃO

A partir da análise feita, é possível concluir que em 2012 o FUNDESPORTE apresentou uma grande variação nos recursos financeiros pagos aos proponentes de projetos aprovados pelo Fundo, em relação a anos anteriores, devido à redução da arrecadação do Estado de Santa Catarina no último ano. Ainda pode-se verificar uma significativa diferença numérica entre os projetos submetidos e aprovados pelo órgão. No ano pesquisado verificamos que foram beneficiados com recursos pelo Fundo um significativo número de modalidades esportivas. Por outro lado, percebemos um número reduzido de proponentes e de modalidades contemplados com quantia elevadas, considerando o total dos recursos disponibilizados pelo Fundo. Isso, em tese, poderá ter prejudicado o desenvolvimento mais equilibrado dos diversos esportes. Ainda é possível concluir que o FUNDESPORTE destina uma grande parcela de seus recursos para eventos de grande porte sediados no Estado, prejudicando as demais manifestações esportivas que por lei deveriam ser priorizadas, como é o caso do esporte educacional.

No presente estudo optamos por fazer um recorte temporal – ano de 2012-, considerando a necessidade de ter um espelho de uma realidade de um passado recente sobre o financiamento público do esporte catarinense, buscando-se através da publicidade de seus resultados, sensibilizar os gestores públicos da necessidade de uma reflexão mais profunda das conseqüências de suas decisões, haja vista as prioridades determinadas pelas Leis citadas neste estudo.

Considerando este cenário recomendamos novos estudos no sentido de analisar o retorno do investimento estatal nos grandes eventos agraciados com recursos públicos e principalmente, pelo baixo volume de projetos contemplados pelo FUNDESPORTE, no segmento esporte educacional .

Palavras-chave: Políticas públicas. FUNDESPORTE; Financiamento do Esporte.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. Cidadania e a Prática Esportiva Formal e Não Formal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte,** v. 19, n. 3, p. 99-105, Maio 1998.

BLANK, P.; GANZER, V. R.; VERONEZ, L. F. C. Análise do Método de Gestão Atual do Ministério do Esporte. **EFDeportes.com, Revista Digital**, v. 18, n. 179, Abril de 2013.

BUENO, L. **Políticas Publicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento**.** Tese. Doutorado- Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 08 abr. 2013.
FILIPPIM, E.; ABRUCIO, F. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. ***Rev. adm. contemp.*** [online]. 2010, vol.14, n.2 pp. 212-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552010000200003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1982-7849. http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552010000200003. Acessado em Maio de 2013.
FLOSS, A. M. **Análise da Destinação de Recursos do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte de Santa Catarina (FUNDESPORTE) e a Correlação com Indicadores Socioeconômicos no período de 2005 a 2011**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ed. São Paulo- Atlas, 2008.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.
SANTA CATARINA, Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte. Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/sistemas/sigef. Acesso em 25 de ago. de 2013.
SANTA CATARINA, Sistema Integrado De Planejamento e Gestão Fiscal- **SIGEF.** Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/sistemas/sigef. Acesso em 04 de set. de 2013.
SANTOS, A. M. M. M. et al. Esportes no Brasil: situação atual e propostas para desenvolvimento, 1997. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/esporte.pdf. Acesso em 28 de out. de 2013.

SABRINA FURTADO

Rua Tenente Silveira 540 Apto 203

Cond. Castel Mare - Centro – Florianópolis SC - CEP - 88010-310

sabrina_mfurtado@hotmail.com